

Edital N° 26/2020

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO N° 04600.001105/2020-20

Torna público chamamento para seleção de propostas de soluções inovadoras que contribuam para a resolução de desafios públicos relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto n° 9.680, de 2 de janeiro de 2019, bem como o disposto em sua Política de Inovação Tecnológica, instituída pela Resolução 35, de 30 de outubro de 2018; tendo em vista o papel da Enap no fomento à inovação e à difusão do conhecimento nas áreas de gestão governamental e de políticas públicas, bem como no apoio e promoção de ações de empreendedorismo tecnológico destinados à melhoria da administração pública e à modernização da gestão pública; e visando promover e disseminar a inovação aberta e incentivar a colaboração entre o governo e a sociedade, torna público chamamento para seleção de propostas de soluções inovadoras que contribuam para resolução de desafios públicos relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I - DO OBJETO

Art. 1° O presente chamamento público tem por objeto a seleção de propostas de soluções inovadoras que contribuam para a resolução de quatro desafios públicos, a seguir indicados:

I - Desafio 1: Como podemos aumentar a eficiência do sistema de saúde no enfrentamento da Covid-19?;

II - Desafio 2: Como reduzir impactos e gerar oportunidades para empresas e empreendedores no contexto da Covid-19?;

III - Desafio 3: Como podemos mitigar as consequências socioeconômicas da pandemia de Covid-19?; e

IV - Desafio 4: Como podemos usar a tecnologia para ganhar escala no monitoramento e enfrentamento da pandemia?

Art. 2° As propostas de soluções inovadoras deverão levar em consideração os *briefings* de cada um dos desafios acima e as referências e orientações disponíveis na plataforma Desafios, acessível a partir dos endereços eletrônicos desafios.enap.gov.br e/ou www.gov.br/desafios.

Parágrafo único. Com o intuito de apoiar eventuais interessados a qualificarem suas propostas, a Enap e seus parceiros poderão oferecer, na plataforma Desafios ou em ferramentas análogas ali anunciadas, atividades de auxílio e contextualização abertas a todos os interessados, tais como webinários e oficinas on-line, dentre outras.

CAPÍTULO II – DAS FASES

Art. 3º O presente chamamento, de acordo com o previsto no cronograma preliminar constante do Anexo I deste Edital, será composto das seguintes fases:

- I - inscrição de participantes e submissão de propostas de soluções inovadoras;
- II - análise e classificação das propostas;
- III - premiação das propostas; e
- IV - divulgação das propostas premiadas.

CAPÍTULO III - DO PÚBLICO-ALVO

Art. 4º O presente chamamento é aberto ao público e destina-se a empresas, negócios de impacto, entidades privadas sem fins lucrativos, Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICTs) públicas e privadas, e a cidadãos brasileiros e estrangeiros em situação regular no país, a partir de 18 anos de idade, individualmente ou em grupo.

CAPÍTULO IV - DA INSCRIÇÃO DE PARTICIPANTES E DA SUBMISSÃO DE PROPOSTAS DE SOLUÇÕES INOVADORAS

Art. 5º A inscrição de participantes e a submissão de propostas de soluções inovadoras para quaisquer dos Desafios deverão ser realizadas por meio da plataforma Desafios, acessível a partir dos endereços eletrônicos desafios.enap.gov.br e/ou www.gov.br/desafios.

Parágrafo único. Os participantes deverão observar as orientações para submissão constantes do Anexo II deste Edital, além de orientações oportunamente publicadas na plataforma Desafios e nos formulários de submissão de propostas de soluções inovadoras.

Art. 6º As propostas de soluções inovadoras serão recebidas na plataforma até as 23h59 do dia 22 de abril de 2020, horário de Brasília, não sendo admitidas submissões fora do prazo ou enviadas por qualquer outro meio.

Parágrafo único. A Enap não se responsabilizará por submissões que deixarem de ser concretizadas por motivos de ordem técnica dos computadores, por falhas de comunicação, por congestionamento das linhas de comunicação ou por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

Art. 7º Observadas as condições de submissão, as propostas de soluções inovadoras serão analisadas de acordo com o Capítulo V deste Edital.

CAPÍTULO V - DA ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Art. 8º A análise das propostas de soluções inovadoras será realizada por Comissão Avaliadora constituída especialmente para esse fim.

§1º A Comissão Avaliadora será composta por membros designados pelo Presidente da Enap e poderá contar com membros de eventuais organizações patrocinadoras e apoiadoras da presente iniciativa.

§2º Entre os membros da Comissão Avaliadora, o Presidente da Enap designará seu presidente, que coordenará os trabalhos da Comissão e não desempenhará o papel de avaliador.

§3º O presidente da Comissão Avaliadora poderá criar Subcomissões para a análise das propostas referentes a cada um dos quatro desafios propostos.

Art. 9º As propostas de soluções inovadoras serão analisadas conforme os seguintes critérios e pontuações:

- I - Facilidade de implementação - até 25 pontos;
- II - Impacto - até 25 pontos;
- III - Eficiência - até 25 pontos; e

IV - Viabilidade jurídica e econômica - até 25 pontos.

Parágrafo único. As propostas de soluções inovadoras que não atinjam o mínimo de 16 pontos no critério "viabilidade jurídica e econômica" acima serão desclassificadas pela Comissão Avaliadora.

Art. 10. Para fins de classificação das propostas de soluções inovadoras, será considerada a média aritmética simples do somatório de todas as notas atribuídas pelos membros da Comissão Avaliadora em cada critério de avaliação.

§1º As propostas de soluções inovadoras apresentadas por pessoas físicas e por pessoas jurídicas serão classificadas separadamente.

§2º Respeitado o disposto no § 1º, as propostas de soluções inovadoras, independentemente do desafio escolhido, concorrerão entre si e serão classificadas em listagem única organizada por ordem decrescente de nota.

§3º Em caso de empate, as notas obtidas no critério "facilidade de implementação", "impacto" e "eficiência" serão utilizadas para desempate, nessa ordem.

Art. 11. O resultado da avaliação das propostas de soluções inovadoras será publicado na plataforma Desafios.

§1º Dos resultados das avaliações da Comissão Avaliadora poderão ser interpostos recursos no prazo de 2 (dois) dias, contados de suas publicações, que deverão ser dirigidos à Diretoria de Inovação e Gestão do Conhecimento da Enap exclusivamente por meio do endereço de e-mail digc@enap.gov.br.

§2º Os recursos serão apreciados, em caráter definitivo, pelo presidente da Comissão Avaliadora.

§3º O resultado final será publicado no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO VI - DA PREMIAÇÃO

Art. 12. As propostas de soluções inovadoras submetidas por pessoas físicas receberão prêmio pecuniário segundo as respectivas faixas:

I - até 1 (um) prêmio de R\$ 40.000,00 para a solução com melhor pontuação, desde que obtenha nota total igual ou superior a 90;

II - até 3 (três) prêmios de R\$ 20.000,00, para as soluções com melhor colocação subsequente, desde que obtenham nota total igual ou superior a 80;

III - até 4 (quatro) prêmios de R\$ 10.000,00, para as soluções com melhor colocação subsequente, desde que obtenham nota total igual ou superior a 70.

Parágrafo único. Para fins da classificação de que trata essa premiação, as propostas de soluções inovadoras apresentadas por pessoas físicas para todos os desafios serão consideradas conjuntamente, em lista única.

Art. 13. As propostas de soluções inovadoras submetidas por pessoas jurídicas receberão prêmio pecuniário segundo as respectivas faixas:

I - até 1 (um) prêmio de R\$ 100.000,00 para a solução com melhor pontuação, desde que obtenha nota total igual ou superior a 90;

II - até 2 (dois) prêmios de R\$ 50.000,00 para as soluções com melhor colocação subsequente, desde que obtenham nota total igual ou superior a 80;

III - até 3 (três) prêmios de R\$ 20.000,00, para as soluções com melhor colocação subsequente, desde que obtenham nota total igual ou superior a 70.

Parágrafo único. Para fins da classificação de que trata essa premiação, as propostas de soluções inovadoras apresentadas por pessoas jurídicas para todos os desafios serão consideradas conjuntamente, em lista única.

Art. 14. Os prêmios previstos nos incisos dos arts. 12 e 13 não serão concedidos em sua totalidade caso o número de propostas apresentadas não atenda ao número de prêmios previstos, ou caso a pontuação mínima estabelecida para as respectivas faixas de premiação não seja alcançada pelos candidatos.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no *caput*, a Comissão Avaliadora poderá redistribuir os valores dos prêmios não concedidos, ficando autorizada a concessão de premiações complementares nas faixas em que houver candidatos que atendam às condições previstas, respeitados os limites orçamentários disponíveis.

Art. 15. A Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) ficará responsável por providenciar o pagamento do prêmio pecuniário previsto nos arts. 12 e 13.

§1º Os valores dos respectivos prêmios estarão sujeitos à incidência, à dedução e à retenção de impostos, conforme legislação em vigor, por ocasião da data de pagamento dos prêmios

§2º As premiações sob responsabilidade da Enap serão realizadas por meio de transferência bancária para a conta corrente de titularidade dos premiados no prazo de até 120 dias da divulgação das propostas de soluções inovadoras premiadas.

§3º No caso de proposta submetida em grupo, a transferência bancária será feita para a conta do representante do grupo, conforme informado no ato de inscrição.

Art. 16. Instituições parceiras poderão oferecer premiações adicionais específicas ou destinar recursos financeiros e não-financeiros à implementação de propostas de soluções inovadoras.

§1º O apoio de instituições parceiras será formalizado mediante acordo ou estipulação escrita com a Enap.

§2º As premiações e os recursos previstos no *caput* poderão ser destinados a públicos ou categorias restritas, exigir o atendimento de requisitos, atividades ou critérios específicos, bem como apresentação de documentação comprobatória especificada como requisito para o recebimento das premiações ofertadas.

§3º As premiações e os recursos ofertados pelas instituições parceiras levarão em conta a ordem de classificação das propostas, conforme previsto no art. 10.

§4º As instituições parceiras responsáveis por premiações adicionais específicas ou apoio financeiro e não-financeiro à implementação de soluções ficarão responsáveis por sua operacionalização.

CAPÍTULO VII - DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS PREMIADAS

Art. 17. A lista de participantes e as propostas de soluções inovadoras premiadas serão publicadas na plataforma Desafios, acessível a partir dos endereços eletrônicos desafios.enap.gov.br e/ou www.gov.br/desafios.

Parágrafo único. Os documentos submetidos relativos às soluções inovadoras premiadas, bem com os documentos dos demais participantes que assim optarem, serão publicados em repositório institucional da Enap.

Art. 18. Os participantes premiados ou contemplados com recursos financeiros e não financeiros poderão ser convidados a comparecer a eventos promovidos pela Enap ou por instituições parceiras para a apresentação das propostas de soluções inovadoras por eles submetidas.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os participantes devem garantir que as propostas de soluções apresentadas não infrinjam direito autoral, segredo comercial ou quaisquer outros direitos patrimoniais de terceiros.

Art. 20. Não haverá qualquer tipo de compromisso de a Administração Pública celebrar contrato para a aquisição, em escala ou não, das propostas de soluções inovadoras selecionadas ou de serviços a elas relacionados.

Art. 21. Nenhum participante terá direito ao recebimento de quaisquer valores, seja a que tempo e/ou título for, em virtude de qualquer forma de utilização, divulgação e reprodução de sua imagem e/ou conteúdo e funcionalidades de proposta de solução inovadora.

Art. 22. Os participantes premiados conservarão o direito patrimonial sobre os materiais, protótipos e soluções criadas.

§1º Os participantes premiados deverão assinar Termo de Cessão de Uso gratuito à Enap ou a quaisquer órgãos e entidades governamentais interessados, autorizando-os, de forma permanente e em caráter não exclusivo, a implementar as soluções criadas.

§2º O recebimento do prêmio implica a autorização da publicação dos documentos relativos à proposta de solução inovadora premiada em repositório institucional da Enap.

§3º Os participantes poderão optar por autorizar, no Termo de Cessão de Uso, que as soluções sejam licenciadas de forma gratuita também a quaisquer interessados.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Escola Nacional de Administração Pública.

DIOGO G. R. COSTA

ANEXO I

CRONOGRAMA PRELIMINAR

Inscrição de participantes e submissão de propostas de soluções inovadoras	Até 22 de abril de 2020
Divulgação das propostas premiadas	Até 30 de abril de 2020
Pagamento dos prêmios previstos nos arts. 12 e 13	Até 120 dias após a divulgação das propostas premiadas

ANEXO II

ORIENTAÇÕES PARA SUBMISSÃO DE PROPOSTAS DE SOLUÇÕES INOVADORAS

As propostas de soluções para cada desafio proposto deverão ser submetidas por meio de formulário acessível a partir dos endereços eletrônicos desafios.enap.gov.br e/ou www.gov.br/desafios, e devem incluir apresentação da solução em um dos seguintes formatos:

I - Deck de no máximo 10 slides;

II - Arquivo PDF com no máximo 5 páginas; ou

III - Link para vídeo no YouTube com no máximo 3 minutos de duração.

Os participantes poderão adicionar links e arquivos que complementem a explicação da proposta de solução apresentada.

Eventuais orientações de natureza complementar estarão disponíveis na plataforma Desafios.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Godinho Ramos Costa, Presidente**, em 08/04/2020, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília e Resolução nº 9, de 04 de agosto de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.enap.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0372301** e o código CRC **630E6C7D**.

Edital N° 33/2020

PROCESSO N° 04600.001105/2020-20

EDITAL N° 33, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto n° 9.680, de 2 de janeiro de 2019, torna pública a alteração do Edital n° 26, de 8 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2020, conforme a seguir especificado:

1. Inclui-se no **CAPÍTULO VI - DA PREMIAÇÃO** o art. 16-A a seguir delineado:

"Art. 16-A O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferecerá premiação adicional no valor total de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), correspondendo a até 4 (quatro) prêmios adicionais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para as 4 (quatro) propostas mais bem colocadas entre aquelas submetidas por pessoas jurídicas, desde que tenham obtido nota igual ou superior a 70 no julgamento final da Comissão Avaliadora.

§1° Os prêmios previstos no caput poderão ser concedidos de forma cumulativa a outras premiações.

§2° Como condição para recebimento dos prêmios, as pessoas jurídicas que submeteram as 4 (quatro) propostas de soluções inovadoras mais bem colocadas deverão apresentar ao BNDES os documentos listados no Anexo III deste Edital.

§3° Caso a pessoa jurídica selecionada não apresente os documentos listados no §2° no prazo de 20 dias, o prêmio de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) será destinado à pessoa jurídica cuja proposta de solução inovadora ocupe a posição subsequente na lista de classificados e que não tenha sido contemplada com premiação do BNDES no marco deste Edital, desde que tenha obtido nota igual ou superior a 70 no julgamento final da Comissão Avaliadora."

2. Inclui-se o **Anexo III - LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PAGAMENTO DOS PRÊMIOS OFERECIDOS PELO BNDES, NOS TERMOS DO ART. 16-A.**

DIOGO G. R. COSTA

ANEXO III

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PAGAMENTO DOS PRÊMIOS OFERECIDOS PELO BNDES, NOS TERMOS DO ART. 16-A

a) Estatuto ou Contrato Social, acompanhado dos atos constitutivos e/ou modificativos, oficialmente arquivados e publicados;

b) Ata da Assembleia Geral e, se for o caso, Ata da Reunião do Conselho de Administração em que houver sido eleita a diretoria em exercício, oficialmente arquivadas e publicadas;

c) Declaração segundo a qual não estão configuradas as vedações previstas na Constituição Federal, art. 54, incisos I e II;

d) Declaração sobre embargos de atividade relativos ao desmatamento do Bioma Amazônia, (art. 11 do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 c/c art. 16, § 1º e § 2º, art. 17 e art. 54 caput e parágrafo único do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; incisos I, II, IV e V do art. 20 do Decreto nº 6.514, de 2008);

e) Comprovação de inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pela Cliente ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou importem em crime contra o meio ambiente;

f) Comprovação de inexistência de decisão condenatória administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, que importe em proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber benefícios ou incentivos creditícios, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei;

g) Comprovação de inexistência de inadimplemento com a União, seus órgãos e entidades das Administrações direta e indireta, mediante a apresentação de declaração da Cliente, firmada por seus representantes legais, excluídas as obrigações cuja comprovação de adimplemento deva ser feita por intermédio de certidão, em razão da legislação vigente;

h) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de INTERNET, a ser extraída pela Postulante/Empresa no endereço www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br e verificada pelo BNDES nos mesmos (art. 195, §3º da Constituição Federal; art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 03.02.1967, art 4º do Decreto-Lei nº 1.715, de 22.11.1979, art. 1º, inciso V, do Decreto 99.476, de 24.08.1990, art. 47 da Lei nº 8.212, de 24.07.91; art. 71 §2º da Lei nº 8.666, de 21.06.93; art. 10 da Lei nº 8.870, de 15.04.94; Portaria MF nº 358, de 05.09.2014, Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1.751, de 02.10.2014, Instrução Normativa nº RFB 971/2009, de 13/11/2009);

i) Comprovação de que está em dia com a entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (art. 362, § 1º, da CLT; Decreto nº 76.900, de 23.12.75) ou, quando for o caso, declaração da beneficiária de que foram inseridas no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial as informações de seus trabalhadores relativas ao ano-base (Portaria nº 1.127, de 14.10.2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia);

j) Inexistência de inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11.05.2016, a ser verificada pelo BNDES, mediante consulta na INTERNET, no endereço <http://trabalho.gov.br> (Resolução nº 1.178, de 31.5.2005, da Diretoria do BNDES, e Resolução nº 3.876, de 22.6.2010, do Banco Central do Brasil, quando se tratar da concessão de crédito rural);

k) Comprovação de que a empresa está em dia com as obrigações relativas ao FGTS, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, cuja autenticidade deverá ser verificada, pelo BNDES, no endereço www.caixa.gov.br (Lei nº 9.012, de 30.03.95; Lei nº 8.036, de 11.05.90; Circular CAIXA nº 392, de 25.10.2006); e

l) Inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante o Sistema BNDES.

O cumprimento dos itens c) a g) da listagem acima poderá se dar por meio do envio de declaração nos moldes abaixo:

MODELO DE DECLARAÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE

A *(nome da entidade proponente)*, com sede em *(endereço completo)*, Município de *(nome do município)*, Estado de *(nome do Estado)*, inscrita no CNPJ sob o nº *(xx.xxx.xxx/xxxx-xx)*, neste ato representada por seus representantes legais *(identificação dos representantes legais e qualificação completas, com indicação dos cargos ou funções)*, atesta a veracidade das informações prestadas nesse Formulário de Inscrição e declara ao BNDES que:

- não possui qualquer vínculo com Deputado(a) Federal, nem Senador(a) diplomado(a) ou empossado(a), de modo que se possa identificar que a entidade proponente é pessoa interposta do referido parlamentar, não se configurando as vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II;

- não está descumprindo embargo de atividade nos termos do art. 11, I do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 c/c art. 16, § 1º e § 2º, e art. 17 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, bem como não ter sido notificada de qualquer sanção restritiva de direito, nos termos dos incisos I, II, IV e V do art. 20 do referido Decreto nº 6.514, de 2008;

- inexistente, contra si e seus dirigentes decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente;

- inexistente, contra si e seus dirigentes, decisão condenatória administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, que importe em proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei; e

- não está inadimplente com a União, seus órgãos e entidades das Administrações direta e indireta, incluindo o Sistema BNDES.

Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

(nome da entidade proponente e assinatura dos seus representantes legais)



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Godinho Ramos Costa, Presidente**, em 24/04/2020, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília e Resolução nº 9, de 04 de agosto de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.enap.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0374427** e o código CRC **96E46A6E**.

Referência: Processo nº 04600.001105/2020-20

SEI nº 0374427